

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	9
1. Na moderna dicotomia entre normas- <i>princípio</i> e normas- <i>regra</i> , os princípios estruturantes, afinal, não são... <i>princípios</i>	13
2. Princípios estruturantes não são direitos	15
3. A inadequação da pretensa distinção dos princípios enquanto <i>normas de ação</i> e enquanto <i>normas de controlo</i>	16
4. Princípios estruturantes e restrições a direitos fundamentais	18
BIBLIOGRAFIA GERAL SOBRE OS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES	23
CAPÍTULO I – PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	25
1. A dignidade da pessoa humana, os direitos fundamentais e os princípios estruturantes	26
2. Como determinar um conteúdo normativo constitucionalmente adequado para a dignidade da pessoa humana?	32
2.1. Uma delimitação tendencialmente consensual do conteúdo da dignidade da pessoa humana no espaço de um pluralismo razoável	34
2.2. Uma concepção restritiva de utilização do princípio da dignidade da pessoa humana e uma conformação do seu conteúdo pela negativa	39
3. Conteúdo normativo do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana	43
3.1. Dignidade como integridade	46
3.1.1. Dignidade como respeito da humanidade intrínseca da pessoa	46

3.1.2. Dignidade da pessoa como <i>sujeito</i>	49
3.1.2.1. Dignidade como autonomia	49
3.1.2.2. Dignidade como proibição de coisificação – a fórmula do objecto	51
3.1.2.3. Dignidade como controlo sobre a identidade, a reserva da esfera íntima e a apresentação da pessoa	55
3.1.3. Dignidade como capacitação da pessoa para ser sujeito	58
3.2. Dignidade como igualdade	59
3.3. Síntese conclusiva sobre o conteúdo normativo da dignidade da pessoa humana	62
3.3.1. A relevância do consentimento	64
BIBLIOGRAFIA SOBRE DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	66
CAPÍTULO II – PRINCÍPIO DA IGUALDADE	67
1. A igualdade na história do Estado de Direito (do Estado liberal ao Estado social e democrático)	67
2. Igualdade nos enunciados constitucionais	72
3. A densidade do controlo jurisdicional de observância do comando constitucional da igualdade	76
3.1. Igualdade identificada com proibição do arbítrio	79
3.2. A necessidade de justificação adequada da diferenciação de tratamento	81
3.3. Controlo jurisdicional das categorias ou classificações suspeitas e das discriminações indirectas	83
4. Um novo princípio constitucional de “igualdade proporcional”?	90
BIBLIOGRAFIA SOBRE IGUALDADE	93
CAPÍTULO III – PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO EXCESSO	95
1. Pressupostos conceptuais e metodológicos	95
2. Requisito preliminar: os fins do acto sob controlo e os meios utilizados não podem ser constitucionalmente ilegítimos	99
3. Os subprincípios, elementos ou máximas integráveis no princípio da proibição do excesso	103
3.1. A subdivisão tradicional construída em torno dos três elementos	103
3.1.1. Princípio da aptidão ou da idoneidade (erroneamente designado como <i>adequação</i>)	108
3.1.2. Princípio da necessidade, da indispensabilidade ou do meio menos restritivo	110

3.1.3. Princípio da proporcionalidade	116
3.2. O reduzido alcance normativo da proibição do excesso quando aplicada segundo a aceção tradicional	123
4. Conteúdo normativo do princípio da proibição do excesso: controlo de proporcionalidade e controlo de razoabilidade	128
4.1. Controlo de proporcionalidade	129
4.1.1. Ponderação e proporcionalidade	130
4.1.2. A natureza do controlo de proporcionalidade	133
4.2. Controlo de razoabilidade	140
BIBLIOGRAFIA SOBRE O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO EXCESSO	146
CAPÍTULO IV – PRINCÍPIO DA PROTECÇÃO DA CONFIANÇA	147
1. Estado como pessoa jurídica e Estado de Direito como <i>pessoa de bem</i>	147
1.1. Boa fé e segurança jurídica	148
1.2. Protecção da confiança como dimensão subjectiva da segurança jurídica	152
2. Retroactividade e retrospectividade	154
3. Conteúdo normativo do princípio da protecção da confiança: factores de racionalização e parâmetros de controlo da ponderação	157
3.1. Expectativas dos particulares	158
3.1.1. Natureza e solidez das expectativas ou direitos dos particulares	159
3.1.2. Papel e intervenção do Estado na criação das expectativas	160
3.1.3. Existência de um investimento de confiança por parte dos particulares	161
3.1.4. A importância da passagem do tempo na consistência das expectativas	163
3.1.5. O montante ou a gravidade do prejuízo sofrido com a frustração de expectativas	164
3.2. O interesse público justificador da alteração do regime	164
4. Protecção da confiança, proibição do excesso e a importância de disposições transitórias que compatibilizem os interesses em tensão	166
BIBLIOGRAFIA SOBRE O PRINCÍPIO DA PROTECÇÃO DA CONFIANÇA	169
CAPÍTULO V – PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO DÉFICE	171
1. Direitos positivos e inconstitucionalidade	171
1.1. Surgimento histórico do princípio da proibição do défice	176
1.2. Autonomia dogmática do princípio da proibição do défice	179

PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DE ESTADO DE DIREITO

1.2.1. Princípio da proibição do défice e deveres de prestação	181
1.2.2. Princípio da proibição do défice e proporcionalidade	187
2. A indefinição do conteúdo da <i>Untermassverbot</i> e a multiplicidade de propostas de preenchimento	188
2.1. A chamada inversão dos parâmetros de controlo da proporcionalidade	189
2.2. A ponderação enquanto procedimento de controlo destinado a garantir uma protecção adequada e efectiva	197
2.3. O controlo de mínimos (controlo de evidência)	200
3. O conteúdo da proibição do défice: posição proposta	203
3.1. Os pressupostos dogmáticos	203
3.1.1. Um preenchimento normativo unitário	203
3.1.2. Um <i>controlo de evidência</i>	207
3.2. Conteúdo proposto: mínimo e razoabilidade	211
3.2.1. A garantia de realização de um <i>mínimo</i>	212
3.2.2. Proibição de desrazoabilidade	215
BIBLIOGRAFIA SOBRE O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO DÉFICE	218
CAPÍTULO VI – PRINCÍPIO DA RESERVA DE LEI	219
1. Conceito e sentido da evolução histórica do princípio	219
2. A reserva de lei em Estado social e democrático de Direito	222
2.1. A conformação da reserva de lei através de normas constitucionais específicas	225
2.2. Teoria da essencialidade	229
3. Proposta de conteúdo normativo do princípio da reserva de lei	233
3.1. Razões de justificação actual da reserva de lei	234
3.2. Reserva de lei enquanto precedência de norma jurídica	245
3.3. Reserva de lei enquanto precedência de lei parlamentar	257
BIBLIOGRAFIA SOBRE O PRINCÍPIO DA RESERVA DE LEI	265
CAPÍTULO VII – PRINCÍPIO DA DETERMINABILIDADE	267
1. A autonomia do princípio da determinabilidade enquanto princípio estruturante	267
2. Indeterminabilidade, vaguidade e precisão	270
3. Determinabilidade e segurança jurídica	275
4. Determinabilidade e separação de poderes	276
5. Determinabilidade e proibição do excesso	286
BIBLIOGRAFIA SOBRE O PRINCÍPIO DA DETERMINABILIDADE	289